

A CRIAÇÃO DO “KIT GAY”: um apagamento do projeto Escola sem Homofobia

Larissa Priscila Bredow Hilgemberg¹
Ana Paula Andrade²

Resumo

A proposta deste estudo é verificar a relação existente entre o conservadorismo brasileiro e a criação do apelido “kit gay” para o projeto Escola sem Homofobia. Tal estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla de mestrado em educação, que visa compreender o projeto Escola sem Homofobia. A metodologia utilizada se baseia na análise foucaultiana. O projeto Escola sem Homofobia, idealizado para ser uma ferramenta de trabalho por docentes e discentes da educação básica, objetivava trazer compreensão acerca do conceito de gênero e diversidade sexual, bem como desenvolver respeito em relação às diferenças e transformar imagens estereotipadas acerca da comunidade LGBTQIAPN+. Entretanto, o projeto não chegou a sair do papel, sendo vetado pelo Governo Federal em 2011 após críticas feitas pela bancada política conservadora, que apelidou os materiais criados de “kit gay”, acusou que este era aliado da “ideologia de gênero” e que poderia desvirtuar crianças e adolescentes. A partir dos estudos levantados sobre o Escola sem Homofobia e sobre o conservadorismo na educação, percebemos o reflexo do temor da destruição de instituições sociais como família, igrejas e valores morais pela bancada conservadora, além de uma tentativa de cancelamento de temas que se mostram incômodos e que não seguem padrões morais e religiosos desta parcela da sociedade. Assim, o que se percebe, tendo como base os estudos foucaultianos, são discursos e dispositivos da instituição de uma verdade para que não se fuja do governo dos outros e do controle de sexualidades.

Palavras-chave: Conservadorismo; Diversidade; Escola sem Homofobia; Gênero.

Introdução

O presente estudo compõe parte da pesquisa intitulada “Invenção do kit-gay”, ainda em construção, pertencente à Linha 2 – Trabalho, História da Educação e Políticas Educacionais do

¹ UEMG, larissa.0296833@discente.uemg.br.

² UEMG, ana.andrade@uemg.br.

programa de pós-graduação da Universidade do Estado de Minas Gérias, o projeto de dissertação propõe a investigação da invenção do “kit gay” e da deturpação do projeto Escola sem Homofobia.

Fora dos muros da escola identificamos interferências no campo social e no campo político, com o envolvimento destes setores para conduzir o que pode e o que não pode estar nas bases curriculares, nos planos de aula, nas aprendizagens dos alunos. No tocante à diversidade de gênero e educação sexual, o silenciamento não é velado, mas escancarado e comparado a uma ideologia. Louro (1997) indica que a interferência do setor político sobre os currículos escolares é uma tentativa de regular e orientar estudantes dentro do que consideram norma moral.

O projeto Escola sem Homofobia foi elaborado em meados dos anos 2000 e tinha o objetivo de desenvolver o respeito à diversidade na escola, entre outras questões. Em 2011, antes do início da distribuição dos materiais, o projeto foi vetado pela presidenta Dilma Houssef e recebeu o apelido de “kit gay”, numa tentativa de desmoralizá-lo.

O presente artigo pretende compreender a invenção do “kit gay” e o apagamento do projeto Escola sem Homofobia. A metodologia utilizada se baseia em análise do discurso foucaultiana. A partir do diálogo com Foucault, busca-se delinear questões relacionadas à invenção do “kit gay” dentro e fora dos muros escolares.

Escola sem Homofobia ou “kit gay”?

O Programa Brasil sem Homofobia foi lançado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos e pelo Ministério da Saúde no ano de 2004 com a meta do combate à violência, discriminação e desigualdades contra a comunidade LGBTQIAPN+. Quatro anos depois, em 2008, organizações não governamentais e instituições em conjunto com o Ministério da Educação iniciaram a elaboração da proposta do projeto Escola sem Homofobia, que comporia o Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2008).

De acordo com Igor Bergamaschi (2018) e Laís Casado (2020), a elaboração do projeto levou em conta pesquisas qualitativas e quantitativas e vasto arcabouço teórico para alcançar o material finalizado e foi considerada um exemplo de êxito no trabalho conjunto entre Estado e sociedade civil.

O Escola sem Homofobia tinha como objetivo propor a compreensão acerca do conceito de gênero e diversidade sexual, bem como desenvolver respeito em relação às diferenças e transformar imagens estereotipadas acerca da comunidade LGBTQIAPN+, de forma a trazer conhecimentos e fomentar senso crítico de educadores e educandes acerca do tema (BRASIL, 2008; FALEIROS, 2016). Entretanto, todo o material encontrou resistência de parlamentares ligados a grupos conservadores e fundamentalistas que justificavam que o projeto era uma apologia ao “homossexualismo” e a perversões sexuais como a pedofilia (BERGAMASCHI, 2018).

Entre os principais opositores do projeto estavam os deputados Jair Messias Bolsonaro e Marco Antonio Feliciano. De acordo com Bergamaschi (2018, p.87): “suas declarações e suas militâncias tiveram considerável impacto em como o poder público tratou a questão da discriminação contra LGBTs”. É o deputado Jair Messias Bolsonaro que apelida o Projeto Escola sem Homofobia de “kit gay” em sessão ordinária na Câmara dos Deputados, na qual apresentou receio pelo material e se expressou de forma homofóbica e preconceituosa (CASADO, 2020).

Para Thais Gava (2019) a pressão contra o material não estava criada apenas no campo político, mas, também social, pressão que foi encabeçada por grupos religiosos. Todo este movimento contra os estudos de gênero e diversidade na educação conduziram uma parcela da sociedade a um pânico moral, no qual se questionava a ideia de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos:

Neste cenário, a Educação é entendida, por setores conservadores e progressistas da sociedade brasileira, como uma arena importante para disputas que coloca em cena de um lado discursos e retóricas conservadoras baseados em preceitos morais e religiosos que ignoram os marcos legais brasileiros e do outro, falas em que a instituição escolar é parte de uma estrutura de concretização de um projeto de país que tem como referência valores como a laicidade e ideias democráticos. (GAVA, 2019, p.1).

O projeto Escola sem Homofobia recebe uma mácula em torno de si e a partir da pressão de grupos políticos, religiosos e sociais, em 2011, a presidenta Dilma Rousseff veta o material por julgá-lo impróprio (BERGAMASCHI, 2018). Apesar no material nunca ter chegado às escolas, o apelido infeliz “kit gay” já havia ganhado a boca das pessoas (MARACCI, 2019).

O “kit gay” também serviu de pauta para o palanque partidário nas eleições presidenciais de

2018. Casado (2020) lembra que o tema foi arduamente utilizado por Bolsonaro enquanto candidato e teve um papel importante em sua eleição como presidente da República Federativa do Brasil, uma vez que houve todo um engajamento de lideranças religiosas, principalmente as evangélicas em prol do candidato de direita e contra o candidato do Partido Trabalhista, Fernando Haddad, que foi apelidado de “pai do kit gay”.

A candidatura do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro, se deu também no campo ideológico. Bruna Arruda (2020) reflete que tais disputas ideológicas utilizadas em espaços como as escolas sinalizam uma disputa estratégica complexa que visa reproduzir e legitimar crenças e ideologias e se opor a outras também no processo de subjetivação dos estudantes, o que pode colocar em risco a própria função da escola e da democracia.

Nota-se que o veto do projeto Escola sem Homofobia fortaleceu o poder de “barganha política das lideranças religiosas cristãs na nova administração presidencial” (CASADO, 2020, p.11), bem como deu fôlego à parcela da sociedade que se diz a favor da “família, igreja e Estado” e que se opõe, senão rechaça, qualquer identidade ou posição que se mostre contra a norma e padrão heteronormativo.

Conservadorismo e criação de verdades

As verdades não são únicas ou intemporais, porém, conforme indica Michel Foucault (2006), elas são instituídas nas sociedades a partir de seus períodos históricos de forma que há um conjunto de mecanismos que compõe verdades a partir de enunciados e discursos, considerados verdadeiros.

Ao analisar a invenção do “kit gay”, baseando-se em Foucault (2006), podemos verificar a criação de uma verdade em função das relações de poder para “apoiar” uma demanda política e social, aliada ao conservadorismo.

De acordo com o caderno que compõe o kit anti-homofobia, o Projeto tinha como principal meta “contribuir para o reconhecimento da diversidade de valores morais, sociais e culturais presentes na sociedade brasileira, heterogênea e comprometida com os direitos humanos e a formação de uma cidadania que inclua de fato os direitos das pessoas LGBT” (BRASIL, 2008, p.9).

Neste caderno o educador tinha acesso a extenso material para reflexão, debate e práticas em sala de aula em que se abordava a diversidade e o respeito. Práticas sexuais não eram mencionadas, pelo contrário, o trabalho era proposto de forma a proporcionar novas perspectivas de formação e compreensão social (BERGAMASCHI, 2018).

Todavia, o que foi apresentado e defendido pela bancada conservadora e religiosa na câmara dos deputados foi:

Atenção, pais de alunos de 7, 8, 9 e 10 anos, da rede pública: no ano que vem, seus filhos vão receber na escola um kit intitulado Combate à Homofobia. Na verdade, é um estímulo ao homossexualismo, à promiscuidade. (BRASIL, 2010, sp)

[...] o Ministério da Educação e Cultura - MEC classificou, Deputado Romário, como sem censura o kit gay. Ou seja, quando coloco no meu panfleto que o kit é para a garotada de 6 ou 8 anos, que vai se transformar em homossexual nas escolas, estou errado. Na realidade, são indicados para crianças a partir dos 4 anos de idade os filmetes pornográficos e o material dito didático para combater a homofobia, que, na verdade, repito, estimulam o homossexualismo e escancaram as portas para a pedofilia. (BRASIL, 2011a, sp.)

[...] esse kit chamado Projeto Escola sem Homofobia, por ser material muito sexualizado e impróprio, que expõe as crianças a uma sexualidade precoce e causa sérios problemas ao desenvolvimento psicossocial. (BRASIL, 2011b, sp).

O bem e a boa política não bastarão para a sobrevivência da ética e da moral judaico-cristã, a nossa causa exige reação e combate permanentes à insurgência do mal onde ele surgir. O mal tem se manifestado em diversos formatos como PNDH3, PL-122, kit gay, ideologia de gênero, Lei da Palmada, liberação do aborto, pílula do dia seguinte, casamento gay, negação da heteronormatividade, para citar alguns dos mais conhecidos. Enfim, a nossa causa será reconstruir com urgência os alicerces históricos e culturais da nação, eliminando todo o lixo aético e amoral introduzido no seio da sociedade brasileira. (BRASIL, 2017, sp.)

Os exemplos citados acima não são solitários, mas estão incluídos em um discurso coletivo, uma vez que para Foucault (2008, p.114), “não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências”. Desta forma, os enunciados se unem em discursos uníssonos apresentando a ideia de que haveria um “kit gay” perigoso e doutrinador, instituindo uma verdade para que não se fuja do controle dos corpos, da sexualidade e da heteronormatividade (FOUCAULT, 2022).

Os discursos estabelecidos intencionam patologizar condutas, repreender sexualidades, controlar e adoçar corpos. Elas são técnicas minuciosas de poder para disciplinar e fabricar corpos

funcionais (FOUCAULT, 2014). Ao apelidar o Escola sem Homofobia de “kit gay” o termo “gay” é tido como algo negativo. Neste sentido, todos aqueles que fogem do padrão binário homem/masculino e mulher/feminino são vistos como anormais. Esta compreensão está ligada a um movimento iniciado nos séculos XVIII e XIX de identificar a monogamia heterossexual como regra social (FOUCAULT, 2022).

A marginalização de corpos e sujeitos faz parte do que Foucault (2022) designa de Biopoder. Castro (2009) explica que o conceito de Biopoder para Foucault está relacionado ao poder sobre a vida e sobre a morte, ou seja, do direito de escolher quem vive e quem morre.

O biopoder também está associado à administração e sujeição dos corpos e controle das populações pela gestão calculista da vida (Foucault, 2022). Assim, uma afirmação como a do deputado Anthony Garotinho: “Não concordamos, principalmente, com o uso indevido do dinheiro público para a promoção de prática sexual diferente daquela praticada pela maioria da população” (BRASIL, 2011b, sp), reforça que todos os corpos devem se sujeitar a uma norma heteronormativa e aqueles que não se sujeitam, fogem do controle e devem ser “retirados” da sociedade, ou como aponta Butler (2003) não pode existir.

Além disto, a alcunha “kit gay” é reflexo do temor e de pautas baseadas em dogmas teológicos e morais por uma parcela da sociedade, conservadora (CASADO, 2020). De acordo com Mychael Apple (2003) para o conservadorismo, a decência e valores morais também estão atrelados à família e às questões de gênero, sendo a única via possível, a do binarismo – homem e mulher, na qual se reconhece a dependência da mulher e a supremacia masculina. Do mesmo modo, a visão conservadora assume uma supremacia branca. Afinal, o poder se liga não só à dinâmica de gênero, mas à tríplice: gênero, raça, classe.

Ainda para Apple (2003), o movimento conservador apodera-se de diferentes vertentes sociais e também influencia o caminhar da educação, seja pela via das políticas, seja pela via dos currículos ou metodologias. As reformas conservadoras visam o retorno ao ensino tradicional e à centralidade nos valores morais e religiosos.

As estratégias criadas pelo movimento conservador são elaboradas a partir de discursos que são produzidos em função de relações de poder, pois, segundo Foucault (2006, p.8) o poder “[...] permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social”. Mas de que forma os discursos e

relações de poder, neste caso, são utilizados? Foucault (1995) apresenta o funcionamento das relações de poder pela violência, pelo uso de consentimento ou por ambos. O cancelamento do Escola sem Homofobia foi alcançado por consentimentos de políticos e da sociedade.

Uma vez que a heteronormatividade é uma forma de exercício do poder, se consente a noção binária feminino/masculino como referência a partir de práticas reguladoras, que como aponta Butler (2003, p.54) são repetições uniformes “de uma economia masculinista da identidade”.

Os discursos produzidos apontaram para um projeto que afetaria a sociedade a partir da sua normatização da identidade e gênero, masculinizada. A invenção do “kit gay” se entrelaça a outras verdades conservadoras, como a relação entre família, igreja e pátria (BERGAMASCHI, 2018), e começa a ganhar contornos de uma verdade que é consentida por parte da população brasileira.

Conclusão

A análise realizada possibilitou o reconhecimento da relação intrínseca entre os conceitos pesquisados. Os autores e pesquisas adotados são unânimes em reconhecer que as investidas contra o ensino de diversidade de gênero causam mais perdas do que ganhos.

Os discursos criados contra o projeto Escola sem Homofobia foram estabelecidos com base em conceitos conservadores e heteronormativos. Assim, cria-se uma verdade e transforma-se um programa de cunho educativo e crítico, o Escola sem Homofobia, em um material de apologia ao sexo e a perverções sexuais: o “kit gay”.

Neste sentido, o que se percebe é que não se trata apenas da invenção do conceito “kit gay”, mas da criação de verdades que reforçam que a heteronormatividade é e deve ser seguida como norma, principalmente nos espaços escolares e marginaliza sujeitos que não seguem este padrão. Este trabalho se caracteriza como uma primeira etapa de pesquisa para compreender os conceitos e diálogos. Desta forma, é necessário o aprofundamento nas questões e a relação com documentos e materiais analisados.

Referências

APPLE, Michael Whitman. **Educando à direita**: mercados, padrões, Deus e desigualdade. São

Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

ARRUDA, Bruna Boldo. A promoção da igualdade de gênero nos documentos curriculares para a educação infantil. In: **40ª Reunião Nacional da ANPEd**. Belém do Pará, 2021. **Anais eletrônicos**. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_16_14. Acesso em: 22 set. 2022.

BERGAMASCHI, Igor Felipe. **A atuação do estado no combate à LGBTfobia no ambiente escolar**. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil – UniBrasil, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://www.unibrasil.com.br/wp-content/uploads/2019/07/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Igor-Felipe-Bergamaschi.pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.

BRASIL. **Caderno Escola sem Homofobia**. Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, **sessão 208.4.53.O**, 30 nov. 2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=208.4.53.O&nuQuarto=29&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:56&sgFaseSessao=PE&Data=30/11/2010&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ&txFaseSessao=Pequeno%20Expediente&txTipoSessao=Ordin%C3%A1ria%20-%20CD&dtHoraQuarto=14:56&txEtapa=>. Acesso em: 05 set. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, **sessão 096.1.54.O**, 05 mai. 2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=096.1.54.O&nuQuarto=10&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=09:18&sgFaseSessao=BC&Data=05/05/2011&txApelido=JAIR%20BOLSONARO,%20PP-RJ>. Acesso em: 05 set. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, **sessão 129.1.54.O**, 26 mai. 2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=129.1.54.O&nuQuarto=76&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:45&sgFaseSessao=CP%20%20%20%20%20%20%20%20&Data=26/05/2011&txApelido=ANTHONY%20GAROTINHO&txFaseSessao=Comunica%C3%A7%C3%B5es%20Parlamentares%20%20%20%20&dtHoraQuarto=17:45&txEtapa=Com%20reda%C3%A7%C3%A3o%20final>. Acesso em: 05 set. 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASADO, Laís Campos. **Pânico moral e seus profetas: A moralização do projeto “Escola Sem**

Homofobia” nas eleições presidenciais de 2018. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/43329>. Acesso em: 14 out. 2022.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FALEIROS, Juliana Leme. “Escola sem Homofobia”: uma leitura do projeto de combate à discriminação sexual. In SMANIO, Gianpaolo Poggio et al. **Políticas Públicas no Brasil: Trajetórias, conquistas e desafios**. 1. ed., p. 99 – 114. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

FOUCAULT, Michel. Sujeito e poder. In DREYFUS, Hubert; RABINOW Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. vol. 1: A vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2022.

GAVA, Thais Montaldi. A chegada do discurso “ideologia de Gênero” no contexto educacional brasileiro. In: 39ª Reunião Nacional da ANPEd. Niterói, 2019. **Anais eletrônicos**. Disponível em: http://39.reuniao.anped.org.br/wp-content/uploads/sites/3/trabalhos/5495-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 22 set. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação** - Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARACCI, João Gabriel. **Reflexões sobre verdade e política: mapeando controvérsias do kit gay**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/201276/001103033.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 out. 2022.